

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	392.058
Preferenciais	0
Total	392.058
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	2.165.548	2.126.694
1.01	Ativo Circulante	108.012	72.526
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.743	27.548
1.01.03	Contas a Receber	28.529	28.568
1.01.03.01	Clientes	28.354	28.420
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	175	148
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.855	3.144
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.855	3.144
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.947	5.658
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.938	7.608
1.01.08.03	Outros	10.938	7.608
1.02	Ativo Não Circulante	2.057.536	2.054.168
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.486	32.391
1.02.01.07	Tributos Diferidos	23.822	26.647
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	407	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.257	5.744
1.02.03	Imobilizado	1.358	1.529
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.358	1.529
1.02.04	Intangível	2.024.692	2.020.248
1.02.04.01	Intangíveis	2.024.692	2.020.248
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.024.692	2.020.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	2.165.548	2.126.694
2.01	Passivo Circulante	1.050.368	1.003.589
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.176	12.062
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.176	12.062
2.01.02	Fornecedores	22.657	17.547
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.657	17.547
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.973	8.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.488	5.795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.488	5.795
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	824	12
2.01.03.02.01	Tributos e contribuições Estaduais	12	12
2.01.03.02.02	Parcelamento impostos federais	812	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.661	2.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	999.494	958.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	994.310	953.074
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	994.310	953.074
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.184	5.244
2.01.05	Outras Obrigações	8.068	7.393
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	925	389
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	925	389
2.01.05.02	Outros	7.143	7.004
2.01.05.02.04	Outros passivos	7.143	7.004
2.02	Passivo Não Circulante	621.025	633.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.328	5.235
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.328	5.235
2.02.02	Outras Obrigações	464.889	460.117
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	458.898	456.138
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	458.898	456.138
2.02.02.02	Outros	5.991	3.979
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.878	3.979
2.02.02.02.04	Tributos a pagar - Parcelamento de Impostos Federais	3.113	0
2.02.04	Provisões	149.198	165.430
2.02.04.02	Outras Provisões	149.198	165.430
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	2.496	2.684
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	146.702	162.746
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	2.610	2.918
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	2.610	2.918
2.02.05.01.02	Outros Passivos	2.610	2.918
2.03	Patrimônio Líquido	494.155	489.405
2.03.01	Capital Social Realizado	392.058	392.058
2.03.04	Reservas de Lucros	102.097	97.347
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	62.210	57.460
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	39.887	39.887

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	136.400	148.684
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.485	-93.552
3.03	Resultado Bruto	62.915	55.132
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.947	-10.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.095	-9.781
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	148	-581
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.968	44.770
3.06	Resultado Financeiro	-46.393	-42.179
3.06.01	Receitas Financeiras	1.768	1.703
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.161	-43.882
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.575	2.591
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.825	1.925
3.08.01	Corrente	0	-1.286
3.08.02	Diferido	-2.825	3.211
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.750	4.516
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.750	4.516
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01216	0,01223

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	4.750	4.516
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.750	4.516

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.998	51.709
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	55.226	72.681
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-5.220
6.01.03	Outros	-2.228	-15.752
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.363	-32.790
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-440	-50.329
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31.195	-31.410
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.548	76.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.743	45.378

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.058	3.853	93.494	0	0	489.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.058	3.853	93.494	0	0	489.405
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.750	0	4.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.750	0	4.750
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	392.058	3.853	93.494	4.750	0	494.155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	373.082	1.418	32.895	0	0	407.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	373.082	1.418	32.895	0	0	407.395
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.976	0	0	0	0	18.976
5.04.01	Aumentos de Capital	18.976	0	0	0	0	18.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.516	0	4.516
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.516	0	4.516
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	392.058	1.418	32.895	4.516	0	430.887

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	146.769	159.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	125.421	127.256
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	21.348	31.938
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.485	-73.197
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.576	-26.147
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.348	-31.938
7.02.04	Outros	-14.561	-15.112
7.03	Valor Adicionado Bruto	98.284	85.997
7.04	Retenções	-17.339	-16.285
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.339	-16.285
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.945	69.712
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.916	1.122
7.06.02	Receitas Financeiras	1.768	1.703
7.06.03	Outros	148	-581
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.861	70.834
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.861	70.834
7.08.01	Pessoal	14.258	12.465
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.930	10.462
7.08.01.02	Benefícios	1.623	1.375
7.08.01.03	F.G.T.S.	705	628
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.383	9.556
7.08.02.01	Federais	9.257	3.222
7.08.02.02	Estaduais	129	253
7.08.02.03	Municipais	5.997	6.081
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.470	44.297
7.08.03.01	Juros	48.069	43.744
7.08.03.02	Aluguéis	368	552
7.08.03.03	Outras	33	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.750	4.516
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.750	4.516

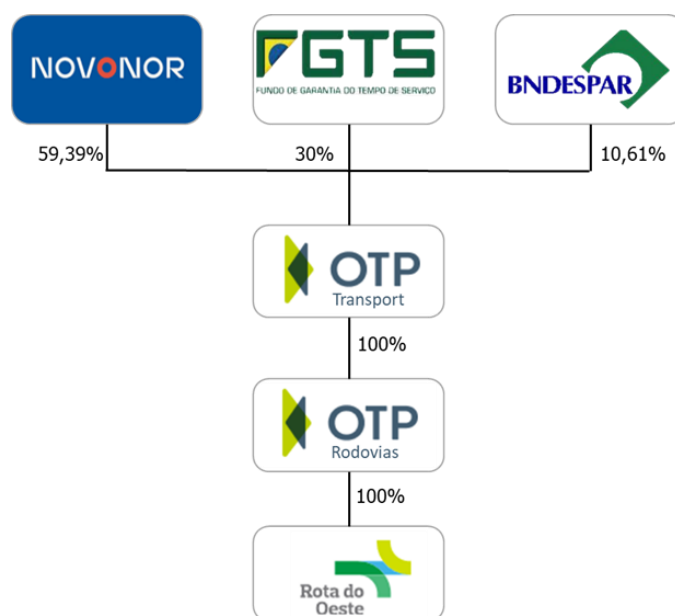
Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT, no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessionária Rota do Oeste S.A., até a data de referência do 1T23, é controlada diretamente pela OTP Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia suas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 (1ITR23). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2023 comparado com mesmo período de 2022.

Comentário do Desempenho

- ➡ Redução de 1,4% do tráfego em VEP¹/dia quando comparado ao primeiro trimestre de 2022;
- ➡ EBITDA ajustado totalizou R\$ 70.969 mil, variação negativa de 2% frente ao mesmo período de 2022 (72.052 mil);
- ➡ Total investido no primeiro trimestre em Obras de recuperação e Melhorias em Infraestrutura de R\$ 21.348 mil, 33% abaixo do realizado no mesmo período em 2022;
- ➡ Total de R\$ 7.282 mil recolhidos em impostos sobre receitas e serviços contratados (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio;
- ➡ Em 17 de janeiro de 2023, assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cujo objeto é a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A para a MTPARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

1.3. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de seu caixa e obrigações junto à seus “stakeholders”, mediante: (a) manutenção da trafegabilidade da rodovia e segurança viária aos Usuários; (b) prorrogação dos vencimentos das dívidas financeiras; (c) suspensão dos pagamentos com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; (d) busca de soluções do Contrato de Concessão com o Poder Concedente; e (e) reestruturação das suas dívidas junto aos seus Credores.

A Companhia buscou diversas alternativas para solução das inexecuções do Contrato de Concessão, tais como: (i) revisão ampliada do Contrato de Concessão, respaldada pela Medida Provisória 800/2017; (ii) proposição de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão; (iii) um Plano de Cura do Contrato de Concessão; e por fim, (iv) o Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) mediante a Troca de Controle Acionário (“Transação”).

Com objetivo de permitir a troca de controle acionário, no dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”), repactuando alguns direitos e obrigações do contrato de concessão, dentre eles: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo o passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT; e (iv) aporte de capital no valor de R\$ 520 milhões para retomada imediata dos investimentos de ampliação da rodovia.

Concomitantemente ao processo do (“TAC Plano de Ação”) e em continuidade ao processo de devolução amigável, protocolado em 09 de dezembro de 2021, que culminou com a publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, qualificando o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, a CRO celebrou no dia 05 de dezembro de 2022 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 prorrogando o início da vigência do TA Relicitação, visando a conclusão dos trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial, a transferência de controle societário da Companhia à MT Participações e Projetos S.A – MTPAR.

¹ VEP –Veículos Equivalentes Pagantes: é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Comentário do Desempenho

Em continuidade ao objetivo de realizar a troca de controle acionário da Companhia, em 17 de janeiro de 2023 foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, cujo objeto é a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A para a MTPARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32 – Eventos subsequentes, a Troca de Controle acionário foi concretizada em 02 de maio de 2023 com a transferência das ações da CRO para a MTPAR. Em ato contínuo, a ANTT atestou o cumprimento das condições impostas na Deliberação nº 382/2022 de 15 de dezembro de 2022 e anuiu com a Troca de Controle da CRO.

Dessa forma, tornou-se eficaz o TAC Plano de Ação como meio regulatório de continuidade da Concessão através do endereçamento das inadimplências contratuais da CRO e, por consequência, se extingue a alternativa do TA Relicitação.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego

A BR-163/MT é uma rodovia significativa para o corredor de transporte rodoviário do País, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias dos setores agrícola e pecuária. A região beneficiada pela rodovia é um destacado polo produtor de soja, milho e algodão, além de importante criação de gado, sendo o estado de Mato Grosso um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção nas safras de grãos no Brasil, conforme reportado pela Companhia Nacional de Abastecimento (“CONAB”, empresa pública do Governo Federal) em 08/02/2023.

O principal fator de crescimento econômico do Estado foi, e deve continuar sendo, o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista as condições favoráveis de clima, solo e relevo da região.

O Estado do Mato Grosso em 2023, conforme boletim de Oferta e Demanda divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (“IMEA”, organização sem fins lucrativos do Sistema Famato²) de mar/23, teve um aumento de 7% na produção da safra 22/23 frente a safra de 21/22 dos principais grãos de agricultura do estado (Soja, Milho e Algodão).

Abaixo segue o quadro do volume em milhares de veículos Tráfego Pedagiado no trecho concedido aberto em Veículos Leves e Pesados, e sua variação com o trimestre de 2022. Houve aumento de 2,0% ante o ano anterior no período observado.

VAB ³ (em milhares)			
Categoria	1T23	1T22	Var (%)
Pesados	3.777	3.877	(3%)
% Veic. Totais	56%	59%	(3%)
Leves	2.938	2.706	9%
% Veic. Totais	44%	41%	3%

² A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (“Famato”) é uma organização sindical do Estado do Mato Grosso, integrante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (“CNA”).

³ VAB - Veículos Absolutos (“VAB”) é visto como número de veículo que passa na Praça de pedágio.

Comentário do Desempenho

Total VAB	6.714	6.583	2%
VAB/Dia (média diária)	75	73	2%

Devido a proporção de Veículos Pesados e Leves serem majoritariamente de Pesados, o aumento de 9% de Veículos Leves frente a queda de 3% dos Veículos Pesados impactou positivamente em 2,0% o Tráfego Absoluto no primeiro trimestre de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022.

Comentário do Desempenho

VEP ⁴ (em milhares)			
Categoria	1T23	1T22	Var (%)
Pesados	23.195	23.810	(3%)
% Veic. Eq. Totais	89%	90%	(1%)
Leves	2.867	2.679	7%
% Veic. Eq. Totais	11%	10%	1%
Total VEP	26.063	26.488	(2%)
VEP/Dia (média diária)	290	294	(1%)

Em contrapartida, quando observado o fluxo de veículos em VEP, tem-se uma queda de 1% no 1T23 comparado ao 1T22, visto que, devido a quantidade de eixos de um Veículo Leve ser inferior a quantidade de eixos de um Veículo Pesado (proporção do total em VEP no 1T23 ficou em 89%/11% entre Pesados/Leves), consequentemente influenciando mais o impacto no Total em VEP.

2.2. Receitas

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	1T23	1T22	Var. (%)
Receitas de Pedágio	124.597	125.947	(1%)
Receitas Acessórias e Outras	826	1.309	(37%)
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	21.348	31.938	(33%)
Receita Bruta	146.771	159.193	(8%)
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(10.361)	(10.502)	(1%)
Outras deduções	(9)	(7)	42%
Receita Líquida	136.401	148.684	(8%)

A Receita de Pedágio no primeiro trimestre se manteve estável com queda de apenas 1% frente ao mesmo período de 2022, devido queda no VEP destacado no quadro do tópico **2.1. Tráfego**.

A conta de Receitas Acessórias apresentou queda de 37%, advindo da exploração do uso da faixa de domínio.

A queda de 33% na Receita de Construção ICPC 01 (R1) é devido que, no ano de 2022, houve uma antecipação das obras devido ao aumento histórico de chuvas na rodovia. Em 2023 a Administração envidou esforços para a Troca de Controle Acionária e ajustes organizacionais para o período após a Transação durante o primeiro trimestre.

A previsão de início das obras de investimento abarcadas no TAC Plano de Ação é para o segundo trimestre de 2023.

⁴ VEP - Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Comentário do Desempenho

2.3. Custos e Despesas

Custos e Despesas (em milhares de reais)			
Descrição	1T23	1T22	Var. (%)
Custos dos serviços	(52.133)	(61.614)	(15%)
Custos de obra de infraestrutura	(21.348)	(31.938)	(33%)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.098)	(9.783)	(7%)
Total Custos e Despesas	(82.579)	(103.334)	(20%)

O Custo dos Serviços apresentou uma queda de 20%, reflexo da paralização na Provisão para Conserva Especial com variação negativa de 11.616. Estima-se que haverá recomposição da Provisão ao longo do exercício de 2023, conforme orçamentos de CAPEX para execução do TAC Plano de Ação.

O Custo de obra de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou queda de 33% no 1T23 em comparação ao mesmo período do ano anterior, composto pelo aumento em serviços de implantação de passarela (+ R\$ 918), Sinalização Horizontal e Vertical (+ R\$ 544) e Pontes e Viadutos (+ R\$ 355). Nos demais investimentos realizados pela Concessionária no trimestre do ano corrente, conforme explicado no item 2.2 Receitas, houve queda nos valores investidos devido à espera de eficácia do TAC Plano de Ação. A comparação dos serviços contratados no 1T23 ante o 1T22 traz reduções nas rubricas de Recuperação da Rodovia (- R\$ 12 mil) e Postos da Polícia Rodoviária Federal ("PRF") (- R\$ 504).

As Despesas Gerais e Administrativas sofrem queda de 7% em comparação a 2022, devido a: queda de 3.267 (-70%) com Serviços de Terceiros devido à internalização em *headcount* dos Serviços Compartilhados contratados da Central de Serviços Compartilhados ("CSC") do atual acionista da Companhia e aumento de 2.463 ante o 1T22 devido: i) aumento com Despesas de Pessoal em R\$ 918 (+23%); e ii) aumento na rubrica de Outras Despesas Administrativas em R\$ 1.161 (+258%) devido à baixa de Provisão para Contingências Jurídicas de R\$ 1.280 no 1T22 que não se repetiram no 1T23.

2.4. EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)			
Descrição	1T23	1T22	Var. (%)
Resultado líquido do período	4.750	4.516	5%
(+/-) Impostos (IR/CS)	2.826	803	252%
(+/-) Receita de Subvenção Governamental	-	(2.728)	(100%)
(+/-) Resultado Financeiro	46.393	42.178	10%
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	(148)	580	(125%)
(+/-) Depreciação / Amortização	17.336	16.285	6%
(+/-) Provisões	(188)	10.417	(102%)
EBITDA	70.969	72.052	(2%)
Margem EBITDA	61,7%	61,7%	(0%)

O EBITDA Ajustado no primeiro trimestre de 2023 foi de R\$ 70.969 mil, 2% abaixo do resultado no mesmo período de 2022. A margem EBITDA, calculada sobre a Receita Líquida Operacional, ficou praticamente sem variação. Explica-se a variação negativa devido à queda da Receita com Arrecadação

Comentário do Desempenho

de Pedágio no primeiro trimestre de 2023, de redução do IR/CSLL diferidos e da paralisação da Provisão de Conserva.

2.5. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	1T23	1T22	Var. (%)
Receitas Financeiras	1.768	1.704	4%
Despesas Financeiras	(48.161)	(43.883)	10%
Resultado Financeiro Líquido	(46.393)	(42.178)	10%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 1T23 foi negativo em R\$ 46.393 mil, aumento de 10% quando comparado ao mesmo período de 2022, reflexo do aumento de 10.181 mil (28%) referente a: (i) aumento de R\$ 8.461 no juros sobre empréstimo/financiamento (aumento de 33% do DI Médio do 1T22 – 10,27% a.a. para o DI Médio do 1T23 – 13,65% a.a. e aumento do Saldo Devedor nos períodos comparados), (ii) aumento de R\$ 982 no juros sobre o Mútuo com Parte Relacionada (aumento de 55% por conta do DI Médio dos trimestres, mencionado anteriormente, e aumento no Saldo Devedor dentro do ano), (iii) parcelamento de IR/CSLL, gerando despesas financeiras de R\$ 705 realizadas no 1T23.

Em contrapartida, registrou-se uma queda de 36% devido aos fatores de: (i) encerramento de Pendências do Contrato EPC e consequente descontinuidade da provisão de Juros sobre atraso de pagamento (redução de R\$ 3.833 ou -87%); (ii) Juros sobre provisão de Conserva Especial (redução de R\$ 1.728 devido a não provisão de Conserva Especial) (iii) entre outras rubricas de Aplicações Financeiras e Amortização de Custos de Transação, que somadas resultam na redução de R\$ 341.

2.6. Endividamento

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	31/03/23	31/03/22	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	994.310	920.808	8%
(+) Arrendamento mercantil operacional	9.512	10.483	(9%)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	58.744	45.378	29%
(=) Dívida Líquida	945.078	885.913	7%

Ao final do primeiro trimestre de 2023 o endividamento líquido da Companhia apresentou um aumento de 7% frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 994.310, devido a negociação com os credores de postergação dos pagamentos de serviço da dívida no primeiro trimestre, para geração de caixa devido Troca de controle acionário da Concessionária Rota do Oeste para a MTPAR.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados no primeiro trimestre de 2023 totalizaram R\$ 21.348 mil, tendo sido destinados em:

TRECHO NORTE - KM 507 AO KM 855

Desobstrução e recuperação dos dispositivos de drenagem
Execução de Microrrevestimento a frio (MRAF) – Fresagem

Comentário do Desempenho

Execução de roçada mecanizada e manual
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação da ponte do Verde no km 691,4
Recuperação Funcional do pavimento – executados 31 km entre Posto Gil e Nova Mutum
Reforma e ampliação sala do usuário SAU14
Revitalização de sinalização horizontal
Substituição e implantação de elementos de segurança
Substituição e implantação de placas

TRECHO 108 KM - KM 353,5 AO KM 461,7

Desobstrução e recuperação dos dispositivos de drenagem
Execução de Microrrevestimento a frio (MRAF) – Fresagem
Execução de roçada mecanizada e manual
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação - Ponte do córrego Chiqueirão
Recuperação - Ponte do Rio Jangada
Reforma base SAU06
Reforma posto PRF 06 Diamantino
Revitalização de sinalização horizontal
Substituição e implantação de elementos de segurança
Substituição e implantação de placas

ROD. IMIGRANTES - KM 321,3 AO KM 353,5 (BR-070)

Desobstrução e recuperação dos dispositivos de drenagem
Execução de Microrrevestimento a frio (MRAF) – Fresagem
Execução de roçada mecanizada e manual
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação do guarda-corpo - Ponte sobre o Rio Cuiabá
Revitalização de sinalização horizontal
Substituição e implantação de elementos de segurança
Substituição e implantação de placas

TRECHO SUL - KM 0 AO KM 130

Desobstrução e recuperação dos dispositivos de drenagem
Execução de barreira New Jersey - Passarela Rondonópolis - km 121,6
Execução de Microrrevestimento a frio (MRAF) – Fresagem
Execução de roçada mecanizada e manual
Implantação de passarela em Rondonópolis - km 121,6
Manutenção das Praças de Pedágio e Bases SAU's
Recuperação Estrutural - Ponte sobre o Rio Vermelho - km 121,1 – Rondonópolis
Revitalização de sinalização horizontal
Substituição e implantação de elementos de segurança
Substituição e implantação de placas

3. Informações da Companhia

Comentário do Desempenho

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas dentro da empresa é feita sob a confiança nessas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. Seus pilares estão orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A CRO terminou o primeiro trimestre de 2023 com o efetivo de 780 integrantes diretos (não incluindo estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados).

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 16 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 22 viaturas de inspeção, 21 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 10 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais.

Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), que registrou 17.875 ligações pelo canal no 1T23, além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia. Durante o período de janeiro a março de 2023 o CCO registrou 29.516 ocorrências, destacando-se:

-  17.342 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
-  5.779 acionamentos para remoção de veículos;
-  2.036 acionamentos para as ambulâncias;
-  A CRO atendeu, desde a implantação dos serviços operacionais, 948.486 ocorrências e acidentes.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria "B" perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração

Comentário do Desempenho

e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relação com Investidores e outros três Diretores sem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente ("Sistema de Conformidade"). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes, iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, vi) auditorias de processos, e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

5. Responsabilidade Socioambiental

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No 1T23 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.293 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em suas obras, e R\$ 5.989 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Sustentabilidade

Alinhado com as políticas de desenvolvimento sustentável e com as obrigações constantes no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a CRO possui implementado o Sistema de Gestão Integrado – SGI certificado, desde 2016, nas normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Através da sua Política de Sustentabilidade e Qualidade, é demonstrado o compromisso da Concessionária na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, Tereza Cristina e Tadarimana, somam mais de mil indígenas atendidos pelo Programa de Mobilidade Indígena.

Além das certificações ISOs, em janeiro de 2023, a Concessionária Rota do Oeste recebeu o Selo Verde pela segunda vez consecutiva. Esse reconhecimento, concedido pelo Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDA), avalia as soluções ecológicas e ambientais existentes nos serviços prestados pelas

Comentário do Desempenho

empresas e atesta a responsabilidade ambiental e investimentos em sustentabilidade ao realizar as atividades com o menor impacto ambiental possível.

Em março de 2023, a CRO recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT a renovação da Licença de Instalação nº 75238/2023 referente a Duplicação da BR-163, Trecho do km 94,9 ao km 119,9, com validade até 2029.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Concessionária Rota do Oeste foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação do serviço de auditoria para o exercício em curso de 2023, foi pelo valor de R\$ 195.000.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

7. Agradecimentos

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, aos acionistas, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

Felipe Montoro Jens	Presidente
Paulo Henrique dos Santos Quaresma	Membro Efetivo
João Milton Da Veiga Pereira	Membro Efetivo

Diretoria Executiva

Júlio César Duarte Perdigão	Diretor Presidente e Diretor Relações com Investidores
Adriano Lima Ferreira	Diretor sem designação específica
João Milton Da Veiga Pereira	Diretor sem designação específica
Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor sem designação específica

Comentário do Desempenho

Gerente de Contabilidade

Ademir Carbonez

CSC 1SP168398/O-7 SP

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***1. Informações gerais**

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "CRO"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e da BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada diretamente pela OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias") e indiretamente pela OTP S.A. ("OTP").

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Tratativas para solução do Contrato – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo inicialmente contratados, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País, à época, trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Dentre as principais mudanças que ocorreram, podemos destacar: (i) edição da Medida Provisória 752/2017, convertida na Lei Federal nº 13.448/2017 (“Lei da Relicitação”), regulamentada pelo decreto Federal nº 9.957/2019, passando a permitir a extinção amigável dos contratos de concessão e sua relicitação, (ii) Resolução ANTT nº 5.860/2019, que regula os critérios de indenização em caso de rescisão antecipada dos contratos de Concessão, (iii) Resolução ANTT nº 5.823/2018, regulamentada pela Portaria ANTT nº 24/2021, que define os elementos na instrução e propositura de celebração de termos de ajuste de conduta para saneamento de inexecuções contratuais, e (iv) Resolução ANTT 5.935/2021, que regulamenta a hipótese de caducidade para processo de extinção dos contratos de concessão, define ritos e procedimentos para apresentação de plano de trabalho para correção das falhas e transgressões, (v) Resolução ANTT 5.926/2021 que estabelece diretrizes para encerramento, relicitação e extensão dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob competência da ANTT.

Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determina que a Companhia em 30 dias realize um plano de trabalho para retomada dos investimentos, e no prazo de até 180 dias, conclua determinadas obras e, em caso de descumprimento, realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) para saneamento das inexecuções contratuais “TAC Plano de Ação” e “TAC Multas”.

Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de Caducidade. Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou resposta ao processo de Caducidade e encaminhou requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017.

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela Concessionária Rota do Oeste nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura.

Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declara a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT - trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submete ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/22, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob Contrato de Concessão assinado pela Concessionária Rota do Oeste.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência da Troca de Controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta. A proposta tramitou em procedimento administrativo de análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão unânime da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC.

No dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”), condicionado a troca de controle acionário da Companhia. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

Em continuidade ao requerimento de devolução amigável protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 (“TA Relicitação”) nos termos da Lei 13.448/2017, com previsão de vigência em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutive de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação.

No dia 05 de dezembro de 2022, após Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 (sessenta) dias ao início da vigência do TA Relicitação. A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação visa permitir que se conclua os trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial a transferência de controle societário da Companhia à MT Participações e Projetos S.A – MTPAR.

No dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da Companhia e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação.

Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”) na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382 publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta - Plano de Ação (TAC) e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), cujo objeto é a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A. (“Transação”). A transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Venda.**

No dia 02 de fevereiro de 2023, foi celebrado o 6º Termo Aditivo entre a ANTT e CRO, com a postergação por 60 (sessenta) dias ao início da vigência do TA Relicitação, totalizando 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação no Diário Oficial da União, conforme cláusula 13.1 do TA nº 004/2022.

O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da Companhia perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da concessionária e (iii) a conclusão da governança da controladora da Companhia, que ainda deverá deliberar pela aprovação da alienação das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A – MT PAR, sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Mato Grosso.

Conforme descrito na nota explicativa nº 32 – Eventos subsequentes, a venda do controle acionário foi concretizada em 2 de maio de 2023 e, assim sendo, as condições previstas no Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”) prevalecem sobre a alternativa de processo relicatatório.

Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. A Administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, o painel arbitral já instaurado.

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos ou ainda, que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO.

A arbitragem, atualmente, encontra-se em fase instrutória, as provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias. A última movimentação no processo arbitral se refere ao deferimento, a pedido das Partes, da suspensão do procedimento até 24 de maio de 2023 que, caso seja retomado, incorrerá o prazo para as partes se pronunciarem sobre a manifestação apresentada a respeito do conteúdo preliminar do laudo pericial emitido pelos peritos, além de impugnação aos quesitos

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

complementares apresentados por cada Parte.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União ("TCU") na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no âmbito recursal foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que se conclua o devido processo administrativo junto à ANTT.

De modo a preservar a estabilidade do patamar tarifário, o TAC Plano de Ação firmado com a ANTT no dia 04 de outubro de 2022, estabelece como obrigação da ANTT: (i) a solicitação de autorização do TCU para suspensão, durante todo o período do TAC, dos impactos econômicos e financeiros decorrentes das determinações já exaradas ou ainda a ser proferidas pela Corte de Contas nos Processos TC nº 032.830/2016-5 e 023.217/2015-4 e (ii) acolhimento pelo TCU dos requerimentos formulados pela ANTT sobre a suspensão dos eventuais impactos econômico-financeiros dos processos em tramitação sem qualquer impacto tarifário, durante todo o período de execução do TAC. Em 16 de dezembro de 2022 a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC.

Desta forma, ainda não há como determinar como a Companhia será afetada pelos resultados das discussões que envolvem o passivo regulatório e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas informações contábeis intermediárias serão impactadas.

Capital circulante líquido negativo

Diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao Poder Concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Em 31 de março de 2023, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 942.356 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 931.063), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Governança e Compliance

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos. Sistema este que foi monitorado e certificado pelas autoridades nacionais e internacionais, em função dos acordos de leniência firmados por sua Controladora – Novonor S.A.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se haverá algum impacto para a Companhia oriundo dos resultados do referido Acordo e seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas informações intermediárias em 31 de março de 2023.

COVID-19

Durante o período de pandemia, a Companhia monitorou os impactos causados pela Covid-19, e adotou todas as medidas necessárias para a preservação da saúde e da segurança de seus empregados e de seus usuários, e buscou assegurar o caixa necessário para manutenção das suas operações.

A Administração da Companhia, não identificou impactos, bem como os níveis de tráfego se mantiveram adequadamente, tendo operado todo o período com patamares anteriores ao da crise sanitária no Estado de Mato Grosso.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

As políticas contábeis apresentadas nas informações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro**a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de março de 2023			
Fornecedores	-	22.657	2.878
Fornecedores - partes relacionadas	11	925	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	458.898
Empréstimos e financiamentos	16	994.310	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	-	17.547	3.979
Fornecedores - partes relacionadas	11	389	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	456.138
Empréstimos e financiamentos	16	953.074	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação**

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa nº 16, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósitos Interfinanceiros (Taxa DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e da Taxa de Depósitos Interfinanceiros (Taxa DI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e Taxa DI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 021/2021, o CPC 40 – Instrumentos Financeiros, e a Revisão nº 02/2012 do Manual de Contabilidade da ANTT, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e taxa DI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	7,2%	6,5%	4,9%	4,7%	4,6%	4,6%
DI (*)	13,3%	9,9%	8,1%	6,8%	6,4%	6,2%

(*) Fonte: Projeção 4intelligence - 31/03/2023

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e taxa DI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	5,4%	6,8%	8,1%
DI (*)	8,5%	10,6%	12,7%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	50.372.045	51.008.771	51.646.554

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Instrumento de Inação	ago/22	Alta DI	271.642.616	293.246.445	314.717.444

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de março de 2023.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	16	994.310	953.074
Arrendamento mercantil operacional	17	9.512	10.479
Caixa e equivalentes de caixa	8	(58.743)	(27.548)
Dívida líquida		945.079	936.005
Total do patrimônio líquido	22	494.155	489.405
Total do capital próprio e de terceiros		1.439.234	1.425.410
Índice de alavancagem financeira - %		66%	66%

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
		31/03/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	58.743	27.548
Contas a receber	9	28.354	28.420
Contas a receber - partes relacionadas	11	175	148
		87.272	56.116
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	16	994.310	953.074
Arrendamento mercantil operacional	17	9.512	10.479
Fornecedores	-	25.535	21.526
Fornecedores - partes relacionadas	11	925	389
Mútuos - partes relacionadas	11	458.898	456.138
Outros passivos	19	9.753	9.922
		1.498.933	1.451.528

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/03/2023	31/12/2022
Contas a receber		
Pedágios	28.322	28.121
Receitas acessórias	32	299
Total de contas a receber	28.354	28.420
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	7	3
Numerários em trânsito	253	422
Fundo de troco	495	521
Bancos conta movimento	7.718	7.317
Aplicações financeiras	50.270	19.285
Total de caixa e equivalentes de caixa	58.743	27.548

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/12/2022
Caixa geral	7	3
Numerários em trânsito	253	422
Fundo de troco	495	521
Bancos conta movimento	7.718	7.317
Aplicações financeiras (i)	50.270	19.285
	58.743	27.548

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual médio de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de março de 2023 é de 96% a 103% do CDI.

9. Contas a receber

	31/03/2023	31/12/2022
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	24.401	24.392
Receitas acessórias	32	299
Vale pedágio	3.921	3.729
	28.354	28.420

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2023, a Administração, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

10. Despesas antecipadas

	31/03/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	5.639	4.909
Vale alimentação	715	749
	6.354	5.658
Ativo circulante	5.947	5.658
Ativo não circulante	407	-

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***11. Partes relacionadas**

	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	-	1	-
OTP Rodovias S.A. (i) (ii)	175	800	388.476
OTP S.A. (iii)	-	13	70.422
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	111	-
31 de março de 2023	175	925	458.898
31 de dezembro de 2022	148	389	456.138

	Resultado		
	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Resultado financeiro
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	240	-	-
OTP Rodovias S.A. (vi)	535	-	-
OTP S.A. (iii) (iv)	4	-	2.760
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	99	-
31 de março de 2023	779	99	2.760
31 de março de 2022	2.697	85	6.043

Composição

Em 31 de março de 2023, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

(i) OTP Rodovias S.A.

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	31/03/2023	31/12/2022
30/12/2015	(a)	125% do CDI	234.460	234.460
23/02/2016	(b)	125% do CDI	30.024	30.024
14/03/2016	(b)	125% do CDI	23.487	23.487
28/03/2016	(b)	125% do CDI	31.131	31.131
08/07/2016	©	125% do CDI	29.705	29.705
06/06/2019	(d)	125% do CDI	13.251	13.251
18/06/2019	(e)	125% do CDI	26.418	26.418
Total			388.476	388.476

- a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP Rodovias;
- b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta OTP Rodovias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia.

Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista OTP Rodovias;

- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Rodovias;

- d) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- e) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES;
- f) Em 09 de junho de 2021, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias no valor de R\$ 19.338, com fim específico de quitação parcial do Instrumento de Inação. Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia integralizou ao seu Capital Social o montante reconhecido no contrato de mútuo.

Os mútuos estão subordinados a quitação da Obrigação de Reembolso das Fianças Honradas, sendo negociadas no âmbito dos Instrumentos de Inação com o Credores Sub-rogados. O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos foram exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia e pagamentos parciais das dívidas.

Conforme último aditivo firmado entre as partes e subordinados aos credores do CPG – Contrato de Prestação de Garantia da CRO, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da OTP Rodovias à CRO com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

(ii) Os valores apresentados decorrem de repasses referente a movimentações trabalhistas.

(iii) OTP S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	31/03/2023	31/12/2022
24/06/2016	125% do CDI	70.422	67.662
		70.422	67.662

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo que antes estava subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, está atualmente sub-rogado através de Instrumentos de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso a Obrigação de Reembolso seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Em 31 de março de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.760 de juros sobre o contrato de mútuo.

(iv) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(v) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

(vi) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados.

a) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2023 e 2022, totalizaram:

	31/03/2023	31/03/2022
Salários	370	646
Encargos	73	129
Previdência complementar	14	23
Outros	14	21
	471	819

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	31/03/2023	31/12/2022
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(28.173)	(28.430)
Prejuízo/(lucro) fiscal (*)	1.748	-
Provisão para Manutenção Especi-I - ICPC01	42.686	48.141
Outras diferenças temporárias	7.561	6.936
	23.822	26.647

(*) Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado**a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31/03/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	5	2.986	(2.594)	392	423
Equipamentos e instalações	10	1.051	(653)	398	416
Móveis e utensílios	5 a 10	671	(536)	135	150
Veículos	20	2.438	(2.005)	433	540
		7.146	(5.788)	1.358	1.529

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	2.984	1.044	671	2.438	7.137

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Depreciação acumulada	(2.561)	(628)	(521)	(1.898)	(5.608)
31 de dezembro de 2022	423	416	150	540	1.529
Adições	2	7	-	-	9
Depreciação	(33)	(25)	(15)	(107)	(180)
Saldo contábil	392	398	135	433	1.358
Custo	2.986	1.051	671	2.438	7.146
Depreciação acumulada	(2.594)	(653)	(536)	(2.005)	(5.788)
31 de março de 2023	392	398	135	433	1.358
Taxas anuais de depreciação (%)	5	10	5 a 10	20	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo dos serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme notas explicativas nº 24 e 25.

14. Intangível**a) Infraestrutura**

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	1.242.845	103.597	915.591	4.901	55.930	-	2.322.864
Amortização	(142.190)	(25.828)	(111.630)	(2.083)	(45.739)	-	(327.470)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.100.655	77.769	803.961	2.818	10.191	(12.014)	1.983.380
Adições	12.051	642	6.800	6	580	-	20.079
Amortização	(8.074)	(1.468)	(5.819)	(199)	(1.599)	-	(17.159)
Saldo contábil	1.104.632	76.943	804.942	2.625	9.172	(12.014)	1.986.300
Custo	1.254.896	104.235	922.391	4.907	56.510	-	2.342.939
Amortização	(150.264)	(27.292)	(117.449)	(2.282)	(47.338)	-	(344.625)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de março de 2023	1.104.632	76.943	804.942	2.625	9.172	(12.014)	1.986.300
Taxas anuais de amortização (%) (ii)					20		

(i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

(ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do período findo em 31 de março de 2023, refere-se à ampliação de capacidade e

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R-) - "Contrato de concessão". O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- Recuperação**

A descrição da rubrica "Recuperação" consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuário(SAU) e praças de pedágio.

- Operação**

A descrição da rubrica "Operação" consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das CEs SAU e das praças de pedágio.

- Melhoramentos**

A descrição na rubrica "Melhoramentos" consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	31/03/2023	31/12/2022
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	10.191	11.127
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	580	10.411
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(1.599)	(9.430)
	-	(1.917)
	9.172	10.191

A amortização do intangível está alocada nas rubricas "custo de serviços" e "gerais e administrativos" na demonstração do resultado do período, conforme notas explicativas 24 e 25.

15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	21.319	62	14.585	384	518	36.868
31 de dezembro de 2022	21.319	62	14.585	384	518	36.868
Adições	640	-	1.215	-	-	1.855
Baixas	-	-	-	(331)	-	(331)
Saldo contábil	21.959	62	15.800	53	518	38.392
Custo	21.959	62	15.800	53	518	38.392
31 de março de 2023	21.959	62	15.800	53	518	38.392

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	332.604	323.785
Empréstimo Banco ABC Bra© S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	29.285	28.068
Empréstimo Banco Crédito Agrícola©Brasil S (c)	R\$	DI + 5,20%	119.248	114.295
Empréstimo B©o do Brasil (c)	R\$	DI + 5,20%	158.884	149.769
Empréstimo©anco Itaú S.A. (c)	R\$	DI + 2,10%	81.467	78.670
Empréstimo©o Banco Pine S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	83.015	79.567
Empréstimo ING BANK N.V. (c)	R\$	DI + 5,20%	189.807	178.920
			33)994.310	953.074

a) Movimentação

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	953.074	950.262
Juros provisionados	43.214	160.439
Juros pagos	(1.978)	(54.758)
Amortização do principal	-	(102.869)
Custo de transação	(440)	(1.990)
Amortização do custo de transação	440	1.990
Salfinal	994.310	953.074

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidiriam juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento original do Contrato para principal e juros do financiamento estava previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente foi efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Desde maio de 2019 o Contrato de Financiamento permanece vencido, e novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e demais Credores sub-rogados.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF.

Em 21 de outubro de 2021, foi realizado pagamento de R\$ 9.524 destinado para amortização extraordinária do Contrato Ponte CEF.

Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento de R\$ 6.098 destinado para atingimento da isonomia de saldos da dívida, reconhecido como amortização extraordinária do Contrato Ponte CEF.

33) Desde a amortização extraordinária de janeiro de 2022, a Companhia realiza pagamentos mensais parciais de amortização do do devedor junto a CEF.

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

c) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: **(i)** que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédit Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; **(ii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédit Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; **(iii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; **(iv)** o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e **(v)** partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Em 09 de junho de 2021, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 18.975, aos Bancos Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, recursos estes oriundos de recebimentos da alienação de mútuo OTP Rodovias (nota explicativa nº 11).

Em 04 de janeiro de 2022 foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 23.102 aos Bancos sub-rogadores, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, a fim de atingimento da Isonomia de Saldos Devedores com a CEF.

33) Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em sua negociação em curso.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Custos de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-
Custos incorridos	440	1.990
(-) Amortizações	(440)	(10)
33) Saldo final	-	-

e) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detêm como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitoseditórios da Concessão.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2023.

17. Arrendamento mercantil operacional

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	10.479	11.848
Adições	580	10.411
Apropriação de juros	161	651
Baixas	(1.708)	(12.431)
Saldo final	9.512	10.479
Passivo circulante	5.184	5.244
Passivo não circulante	4.328	5.235

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

18. Salários e encargos sociais

	31/03/2023	31/12/2022
Encargos sociais e trabalhistas	5.448	5.303
Participação nos lucros e resultados	8.728	6.759
	14.176	12.062

19. Outros passivos

	31/03/2023	31/12/2022
Multa (i)	3.841	4.149
Seguros a pagar	5.883	5.770

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Outras contas a pagar	29	3
	9.753	9.922
Passivo circulante	7.143	7.004
Passivo não circulante	2.610	2.918

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

20. Provisão para contingências

	31/03/2023	31/12/2022
Reclamações cíveis	2.345	2.531
Reclamações trabalhistas		153
	33) 2.496	2.684

a) Movimentação

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.684	3.235
Provisão	-	2.592
Reversão	(188)	(3.143)
Saldo final	2.496	2.684

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 13.155 e trabalhista no montante de R\$ 1.452, totalizando o montante de R\$ 14.607 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de março de 2023 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 18.665).

No período findo em 31 de março de 2023, a Companhia apresenta R\$ 4.577–(31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.251) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

21. Provisão para conserva especial**a) Composição**

	31/03/2023	31/12/2022
Provisão de conserva especial	146.702	162.746
	146.702	162.746

b) Movimentação

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	162.746	150.899
Constituição de provisão ajuste a valor presente	-	(4.035)
Provisão de conserva especial	-	29.161
Baixa de provisão de conserva especial	(16.044)	(13.279)
Saldo final	146.702	162.746

Em decorrência das tratativas apresentadas pela Companhia para a retomada dos investimentos contratuais, com a celebração do TAC Plano de Ação e o TA Relicitação, detalhado na nota explicativa nº 01, a Administração optou pela suspensão das provisões de conserva especial a

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

partir do terceiro trimestre do exercício de 2022.

Caso efetivadas as condições do TAC Plano de Ação, com a troca de controle acionário da Companhia, a provisão será reavaliada de acordo com o novo cronograma de obras.

22. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de março de 2023 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 392.058 (R\$ 392.058 em 31 de dezembro de 2022), representado por 392.057.642 (392.057.642 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista OTP Rodovias.

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de março de 2023, a Companhia apresenta o montante de R\$ 39.887 (R\$ 39.887 em 31 de dezembro de 2022) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 3.853.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(iii) Reserva de investimento**

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 53.607.

Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas em atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, onde a Companhia se abriga a não distribuir quaisquer recursos a integrantes do mesmo grupo econômico.

A Companhia destaca que não tem histórico de pagamento de dividendos e JSCP aos acionistas desde sua constituição.

23. Receita líquida

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas acessórias	827	1.309
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	83.142	79.179
Receitas de vale pedágio (ii)	23.171	19.184
Receitas em numerário	18.281	27.584
Receita operacional	125.421	127.256
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	21.348	31.938
Receita bruta	146.769	159.194
Tributos sobre serviços de operação	(10.360)	(10.503)
Outras deduções	(9)	(7)
Receita líquida	136.400	148.684

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu, R\$ 21.348 e R\$ 31.938, respectivamente, como receita –e construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***24. Custo dos serviços**

	31/03/2023	31/03/2022
Depreciação e amortização	(16.446)	(15.845)
Despesa com veículos	(2.689)	(3.830)
Gastos gerais	(3.717)	(3.643)
Materiais e equipamentos	(743)	(2.333)
Provisão para conserva especial	-	(11.616)
Salários e encargos	(11.464)	(9.206)
Seguros	(5.055)	(4.641)
Serviços de terceiros	(12.023)	(10.500)
	(52.137)	(61.614)
Custo de construção ICPC 01-R1	(21.348)	(31.938)
	(73.485)	(93.552)

25. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2023	31/03/2022
Depreciação e amortização	(893)	(440)
Despesa com veículos	(308)	(23)
Despesas com viagens	(292)	(261)
Gastos gerais	(671)	(707)
Materiais e equipamentos	(527)	(654)
Provisão para contingências	188	1.198
Salários e encargos	(4.840)	(3.923)
Serviços de terceiros	(1.369)	(4.638)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(383)	(333)
	(9.095)	(9.781)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Custo na venda de imobilizado	-	(4)
Multas (i)	-	(716)
Outras receitas	145	139
Receita na venda de imobilizado	3	-
	148	(581)

(i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

27. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.392	1.121
Outras	376	582
	1.768	1.703
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	-	(1.728)
Arrendamento mercantil operacional	(161)	(132)

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Custos de transação	(438)	(721)
Juros sobre atraso	(1.255)	(4.383)
Juros sobre empréstimos	(43.214)	(34.752)
Juros sobre mútuos	(2.760)	(1.778)
Outras	(333)	(388)
	(48.161)	(43.882)
Resultado financeiro, líquido	(46.393)	(42.179)

28. Imposto de renda e contribuição social correntes**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2023		31/03/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.575	7.575	2.591	2.591
Adições temporárias	5.235	5.235	19.113	19.113
Adições permanentes	735	735	2	2
Exclusões	(18.689)	(18.689)	(4.508)	(4.508)
Lucro real	(5.144)	(5.144)	17.198	17.198
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(5.160)	(5.160)
Base cálculo	(5.144)	(5.144)	12.038	12.038
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	-	-	3.004	1.083
Programa alimentação trabalhador (PAT)	-	-	(72)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	-	-	2.932	1.083
Incentivos fiscais (SUDAM)	-	-	(2.729)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	-	-	203	1.083
Total Imposto de Renda e Contribuição social	-	-	12.241	12.121

29. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro do período	4.750	4.516
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	390.602	369.129
Lucro básico por lote de mil ações	12,16	12,23

30. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.**Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores	1.708	3.162
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	1.708	3.162
Arrendamento Operacional	(1.708)	(3.162)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(1.708)	(3.162)

31. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	441.068	mar/23 a jun/23
Risco operacional	350.000	dez/21 a jun/23
Responsabilidade civil	80.000	dez/22 a dez/24
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/22 a abr/23
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/22 a set/-3
Responsabilidade civil - Engenharia	(*)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(**)	mai/14 a mar/19

(*) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

(**) As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

32. Eventos subsequentes

Em 03 de abril de 2023, foi celebrado o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 entre a ANTT e a CRO, acrescentando 30 (trinta) dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação), totalizando 210 (duzentos e dez) dias para que o TA Relicitação entre em vigência, conforme clausula 13.1 do TA nº 004/2022 e rito previsto na Lei 13.448/2017.

No dia 02 de maio de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças referente a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A. para a MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A. ("MTPAR"), foi concluída a Transação ("Transação") e

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

transferidas as ações da CRO para MTPAR. Para atendimento das condições da Transação, foi integralizado pela OTP Rodovias S.A. e OTP S.A. os saldos dos mútuos em aberto na Companhia como capital social.

Ato seguinte, por meio do Ofício nº 13565/2023/GECEF/SUROD, a ANTT atestou o cumprimento das condicionantes impostas na Deliberação nº 382/2022 de 15 de dezembro de 2022 e anuiu com a Troca de Controle da CRO.

Com a Anuência para a Troca de Controle e o endereçamento das condicionantes para a eficácia do TAC, por meio do Ofício nº 13749/2023/DG-ANTT, após a manifestação favorável da área jurídica e da área técnica, com a confirmação do cumprimento das condicionantes, a Diretoria da ANTT atestou a extinção do Termo Aditivo de Relicitação (“4º TA”) e declarou o início da eficácia do TAC.

33. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Nos anos 1990 algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

No julgamento de Ação Direta Inconstitucional (“ADI”) 15, ocorrida no ano de 2007, o STF afirmou a constitucionalidade da contribuição e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários (“RE”) 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, em que o STF apreciaria o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles que se repetem periodicamente, perde seus efeitos no momento em que a Corte se pronunciar em sentido contrário.

Como a matéria tem por base os efeitos da ADI de 2007, o STF entende que não há o que se falar em efeitos de modulação a partir de 2023, retroagindo os seus efeitos da decisão do STF até 2007.

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão do STF posterior, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, em sentido contrário, ou seja, pela legitimidade da exigência do tributo, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento a partir da data do julgamento do STF, sendo que as coisas julgadas suscetíveis de serem alcançadas por essa nova decisão do STF são aquelas de trato continuado em matéria tributária, ou seja, aqueles tributos que se repetem continuamente, por exemplo que se calculam e recolhem em bases mensais, trimestrais ou anuais.

Assim, os pressupostos para que a coisa julgada individualmente formada deixe de produzir seus efeitos passam a ser:

Notas Explicativas**Concessionária Rota do Oeste S.A.****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- A entidade tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral ou em controle concentrado, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão individual obtida pela empresa em momento posterior ao do trânsito em julgado individual, não sendo qualquer decisão do STF que cessará a coisa julgada, mas apenas as proferidas sob o rito de repercussão geral ou de controle concentrado.

A Companhia possui decisões favoráveis que possibilitam o não recolhimento de tributos, quais sejam: exclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS; contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, auxílios doença e acidentário e o adicional de 1/3 sobre as férias; contribuição previdenciária sobre os valores descontados a título de vale-transporte e auxílio-alimentação; ICMS incidente sobre a TUSD (energia elétrica); contribuições previdenciárias os valores relativos à remuneração paga aos menores aprendizes.

Diante disso, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF neste momento e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022, bem como nestas informações intermediárias findos em 31 de março de 2023. Em relação à contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias, informa-se que, mesmo com sentença favorável, a CRO está recolhendo normalmente o referido tributo, tendo em vista decisões contrárias proferidas pelos Tribunais Superiores. Portanto, não há risco iminente.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis trimestrais, que indica que a Companhia mantém, em 31 de março de 2023: i) passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 942.356 mil, e ii) processos relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão na esfera administrativa. Ainda conforme essa mesma Nota Explicativa, a Companhia vem desenvolvendo ações junto ao poder concedente no sentido de viabilizar as condições estabelecidas Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), que prevê diversas medidas relacionadas a retomada dos investimentos e do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Chamamos a atenção também para a Nota Explicativa nº 32 – Eventos subsequentes, que informa a concretização da venda do controle acionário em 2 de maio de 2023. A não confirmação do sucesso das ações e medidas previstas no TAC Plano de Ação, relativas ao cumprimento do plano de investimentos e de negócios, suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2023 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Cuiabá, 12 de maio de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116001/O-3 – S - MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023.

Cuiabá, 12 de maio de 2023.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023.

Cuiabá, 12 de maio de 2023.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores